



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

DETERMINANTES DA POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 1994 E 2014.

Cleber Yutaka Osaku¹; Alexandre de Souza Correa².

UFGD/FACE - Caixa Postal - 364 - Dourados/MS, E-mail: cleberyutaka@gmail.com

¹Aluno de iniciação científica da UFGD. ²Orientador, professor da FACE/UFGD.

RESUMO

A pobreza e a desigualdade social são um dos maiores problemas macroeconômicos do Brasil, que podem estar correlacionados a diversos fatores tais como inflação, desemprego, baixo crescimento econômico, arrocho salarial, merecendo se assim diversos estudos para compreender a dinâmica acerca da pobreza e alta concentração de renda no país. O objetivo deste trabalho é analisar os indicadores sociais e econômicos para avaliar o grau de pobreza e desigualdade de renda que se compreende desde o controle inflacionário até 2014. Mesmo com a estabilidade monetária alcançada o nível de pobreza permaneceu alto trazendo consequências negativas a sociedade. No início da década de 1990 a pobreza se encontrava a níveis constantes tendo um leve declínio após o Plano Real. A política monetária passou a ser utilizada sistematicamente como instrumento de condução da economia. É interessante ressaltar que as políticas econômicas adotadas tinham como essência o controle da inflação e não para reduzir os níveis de pobreza. Contudo, apesar de amenizar os níveis de pobreza pelo controle inflacionário não foi o suficiente para, a política monetária ser uma ferramenta eficiente no longo prazo para diminuir os níveis de pobreza. A má distribuição de renda resulta em pobreza e exclusão social, que passa a se repetir de maneira estrutural, tornando difícil mudar essa condição pelo próprio esforço. Para uma equidade deste problema são necessárias políticas voltadas não apenas a redistribuição de renda aos mais pobres e sim alternativas para equacionar a distribuição de renda entre toda a população.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

INTRODUÇÃO

A noção de pobreza pode se referir à privação, de ordem material ou social. De acordo com Kageyama e Hoffman (2006) essa privação pode ser de natureza absoluta e relativa. O primeiro seria devido ao subdesenvolvimento local e regional, que impõem restrições básicas de subsistência como acesso a luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, saúde educação. A segunda seria de ordem demográfica e na limitação no capital humano e financeiro das famílias fatores que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar.

De acordo com Rocha (2000), a pobreza absoluta pode ser dividida em dois grupos. O primeiro seria os países que não tem a capacidade de produzir um produto nacional capaz de suprir todas as necessidades da população. O segundo grupo seria o de países nas quais o produto nacional é suficientemente elevado para garantir o bem estar de toda a população. A economia do Brasil cuja renda per capita é de US\$ 11,310¹ coloca o país acima de qualquer estimativa sobre a linha de pobreza absoluta logo a incidência da pobreza absoluta no país deriva da má distribuição de renda colocando o Brasil no segundo grupo.

Sob o enfoque relativo da pobreza a literatura em geral designa pobre todos àqueles indivíduos que estão em um limite inferior a uma parcela média da população, mesmo que disponham de todos os recursos básicos considerados sobre a ótica da pobreza absoluta.

Em suma a pobreza relativa designa a distribuição não equitativa da renda média da população enquanto a pobreza absoluta se dá a partir da privação de recursos básicos para a sobrevivência. Como a média salarial da população brasileira está associada ao salário mínimo e que 18% das famílias vivem com até 1 salário mínimo o enfoque deste trabalho será entender a pobreza sobre a ótica absoluta. Deste modo, uma postura

¹ Segundo dados do IBGE em 2014.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

prática para mensurar a pobreza é estabelecer um valor que realmente reflita todas as necessidades de consumo de um conjunto de bens e serviços que assegurem a sobrevivência digna dentro de um padrão estabelecido.

MATERIAL E MÉTODOS

O Brasil por ser um país de dimensões continentais existe uma enorme dificuldade em obter dados universais que reflitam a realidade de toda sua população por haver regiões mais polarizadas na indústria como o sudeste em detrimento a regiões mais pobres como Norte e Nordeste, portanto há vários obstáculos que impedem a adoção de políticas válidas sobre as diferentes regiões do país. Devido a carência de dados estatísticos regionais este trabalho irá se limitar a apenas 5 regiões metropolitanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife.

A análise será feita a partir de dados retirados do INPC/IBGE para analisar a inflação recorrente aos grupos mais pobres, POF/IBGE para observar a distribuição de renda entre os residentes no Brasil e cartas de conjunturas econômicas para compreender a dinâmica da desigualdade social no Brasil.

Visto a complexidade do fenômeno a ser analisada, a metodologia terá como olhar teórico central duas correntes teórica: a macroeconomia, olhando de um lado conceitos importantes da economia neoclássica (ortodoxa) e, por outro lado, a economia keynesiana (heterodoxa), bem como os autores que tem observado a mistura do uso das duas por parte de muitos governos (Boschi, Bresser, Silva), e, por outro lado, políticas públicas e indicadores sociais. Além disso, como olhares teóricos complementares, serão estudados autores da sociologia econômica e das finanças, sociologia dos indicadores e outras leituras que possam complementar o trabalho. Essa interlocução com outras áreas se faz importante de maneira a fazer uma análise mais verossímil com o que tem ocorrido no universo empírico.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

Dessa maneira, no horizonte temporal, será escolhido sub-séries temporais, onde serão avaliados dados macroeconômicos, a saber: inflação, taxa de juros, dívida pública, desemprego (CAGED, IBGE, DIEESE, IPEA, BNDES); indicadores sociais (IDH, GINI, POF bem como outros índices gerados pelos governos na esfera federal e estadual). Os anos escolhidos a princípio são 1994 (inícios do plano real); 1999 (mudança para câmbio flutuante); 2002 (transição de governo); 2006 (transição de governo) e 2014 (transição de governo). Com esses horizontes, busca-se pegar mudanças no universo macroeconômico, para pegar a aderência às políticas monetárias mais restritivas ou expansionistas aos indicadores sociais relacionados à pobreza.

RESULTADO E DISCUÇÕES.

A pobreza na do Brasil como em toda América Latina nunca esteve em patamares tão baixos como os registrados atualmente, porém estes níveis não são aceitáveis pelo panorama econômico em que o país se insere, com um baixo índice de desemprego e taxa de inflação visivelmente controlada.

Segundo dados da CEPAL, o Brasil tem a pior distribuição de renda da América Latina, ou seja, a concentração de renda caracteriza como uma das possíveis causas da alta incidência de pobreza no país onde 18% da população se inserem. Além disso, todos os países obtiveram melhoria na condição de vida da população devido ao aumento do produto nacional o que leva a conclusão de que a pobreza é uma variável com tendência de queda ao longo do tempo.

Analisando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF deixa clara a distribuição desigual de renda entre as famílias no Brasil sendo este problema mais evidente nas regiões Norte e Nordeste como pode ser vista na tabela a seguir.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

Rendimento Domiciliar	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Total	57.816.604	3.949.838	15.099.443	25.491.789	8.898.449	4.377.084
Até 830 Reais	12.503.385	1.133.461	5.953.346	3.312.521	1.205.776	898.281
Mais de 830 a 1.245 Reais	10.069.184	799.491	3.318.908	3.892.759	1.260.443	797.585
Mais de 1.245 a 2.490 Reais	16.972.311	1.171.271	3.507.054	7.955.371	2.986.650	1.351.966
Mais de 2.490 a 4.150 Reais	8.890.463	444.381	1.162.445	4.951.651	1.718.616	613.370
Mais de 4.150 a 6.225 Reais	4.181.485	195.429	499.652	2.341.445	851.948	293.011
Mais de 6.225 a 10.375 Reais	2.994.837	123.024	365.256	1.703.760	551.300	251.496
Mais de 10.375 Reais	2.204.938	82.781	292.783	1.334.283	323.717	171.375

Fonte: IBGE SIDRA. A partir de dados do POF 2008. (Adaptado pelo autor)

CONCLUSÃO

A política monetária demonstrou ser uma ferramenta primordial para combater a pobreza e a disparidade social sendo possível utiliza-la como ferramenta gerir a economia de um país. Visto a importância da política monetária pode se afirmar que esta analogia pode ser aplicada em outros países como o Brasil.

Pode se verificar que o uso de políticas “puras” pode ser prejudicial aos países no longo prazo, a exemplo do Brasil que viveu experiência semelhante convivendo com uma acentuada taxa de inflação no decorrer da década de 80 devido às políticas monetárias utilizadas no período.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. A, SANTOS, T.T **Dinâmica da inflação brasileira pós-plano Real**. São Paulo, 2010
- BARROS, R; MENDONÇA, R. **O Impacto do Crescimento Econômico e de Redução no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza**. Rio de Janeiro 1997.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, p. 155-173, 2005.

FONSECA, M. **Planejamento e Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson, p. 116-123, 2006.

GREMAUD, Amauri .C. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo Sétima edição, 2010.

PANORAMA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA, CEPAL. Nações Unidas, 2013.

PESQUISA nacional por amostra de domicílio: síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 217 p.

ROCHA, Sonia. **POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: O ESGOTAMENTO DOS EFEITOS DISTRIBUTIVOS DO PLANO REAL.** Rio de Janeiro 2000.

ROCHA, Sonia. **Do consumo observado à linha de pobreza. Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p. 313-352, ago. 1997.

SANTAGADA S, **A Situação brasileira na década de 80**, FEE São Paulo, 1990.

ROMER, C., ROMER, D. “*Monetary Policy and the Well-Being of the Poor*”. Cambridge: NBER, 1998 (Working Paper n.6793).